

Ajustes Site do layout do Aris.CE.gov.br

1)Retirar essa linha do layout



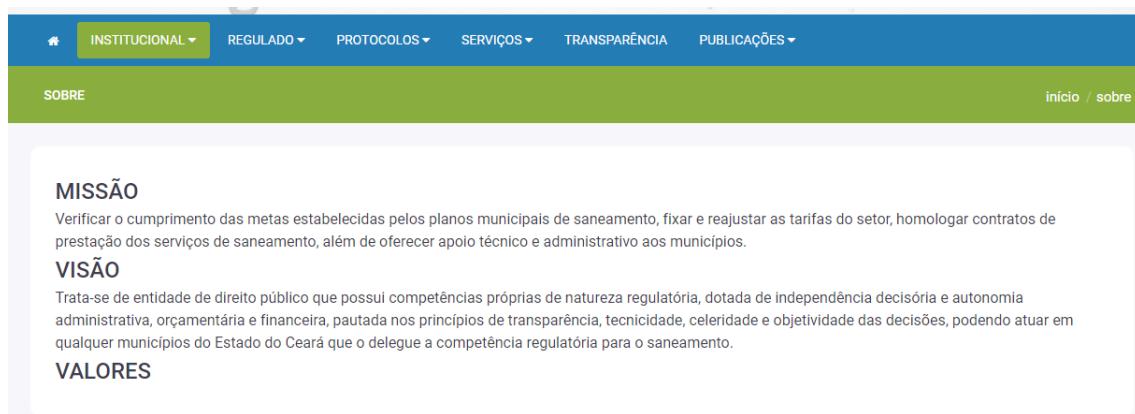
2) A Fonte é muito pequena, utilizar o mesmo padrão dos banners ouvidoria e E-sics)



3) Deslocar conteúdo a esquerda, podendo ficar no quadrante amarelo



4) Mudança do Conteúdo da página Sobre, usar a mesma da página anterior



Mudar por:



5) Municípios Consorciados

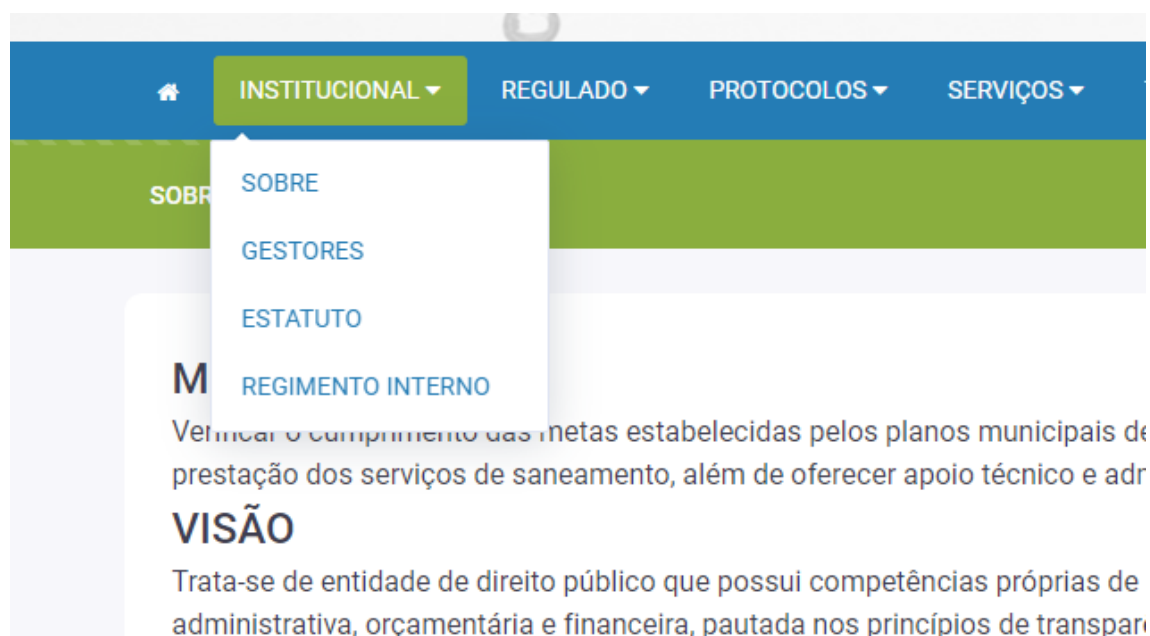
Ajustar o item municípios conteúdos para a lista atual (conteúdo) transferido para sobre. Os municípios são: Aiuaba, Canindé, Crato, Icapuí, Icó, Ipueiras, Jaguaribe, Jucás, Morada Nova, Quixelô, Quixeré, Sobral e Solonópole



6) Incluir botões no banner (tal como há na aplicação da Prefeitura do Crato e Icó):



7.) Ajustar o menu institucional para: SOBRE, ASSOCIE-SE, GESTORES; PORTARIAS; DOCUMENTOS (Protocolo, Estatuto e Regimento Interno). Assembleia.



8) Repassar o conteúdo das páginas e conteúdo para o site novo em institucional



9) A página Assembleia deve ser estruturada com links para convocatórias e atas (exemplo <https://www.arespcj.com.br/conteudo/assembleia>)

10) No menu Documento abre em submenus que vai direto aos arquivos e clicando em Documentos abrir uma página dispondo dos links dos três documentos (Protocolo, Estatuto e Regimento Interno).

11) Nos submenus usar Maiúscula e Minúscula e não tudo em caixa alta

Exemplo: Sobre; Gestores, Estatuto; Regimento Interno.



12) Incluir em transparência o submenu para Consulta Pública

13) Transferir o conteúdo de Consulta Pública para o novo site



14) Incluir Sobral entre as opções



15) Informar onde poderemos incluir a cada ingresso de consorciado (Regulado).

16) Ao ingressar nos regulados é informado SAAE deixar apenas o nome do município



17) O menu Regulado deve ter dois Submenus (Municípios) e Leis de ratificação

18) Os municípios atuais dentro de regulado Vão para o submenu Municípios. Ao clicar em Municípios abrir uma página chamada de Municípios Consorciados/Conveniados

Usar o brasão para os municípios, tal como aqui: <https://cgirsrms.ce.gov.br/municipios-consorciados/>

19) Quanto a Leis de ratificação pode abrir diretamente o conteúdo semelhante a página anterior (<https://arisceara.com.br/index.php/protocolos/>) ou a essa <https://www.ares-pcj.com.br/leis-de-ratificacao> . De forma que ao ir ingressando posarmos ir adicionando.

20) usar a proporção do banner e logo superior semelhante as páginas do Crato e Icó.

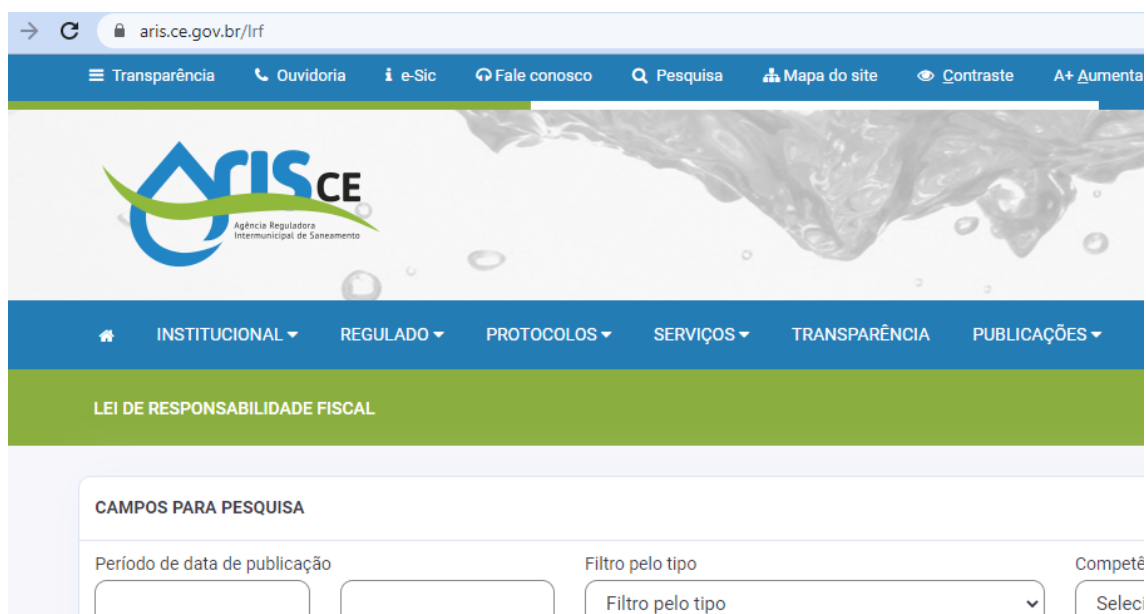


21) Entre as opções de Município (novo menu) colocar uma chamada de PMSB ao clicar deve abrir uma página, o conteúdo irei providenciar.

22) Retirar do menu Serviços as opções Contra-cheque e emissão de Nota fiscal



24) Retirar do menu a opção protocolos



25) Incluir a opção no Menu chamada de Legislação com os submenus Resoluções ARIS CE, Legislação Federal, Legislação Estadual, Legislação Municipal e Normas da ANA).

Ao clicar em resoluções abrir uma página com os links de resoluções (<https://aris.ce.gov.br/publicacoes?dtini=&dtfim=&grupo=&cat=29&secc=&exer=&descr=>)

Ao clicar em Legislação abrir uma página Chamada Legislação e dentro dela com âncoras para Legislação Federal, Legislação Estadual, Legislação Municipal e Normas da ANA.

Segue conteúdo inicial para a página:

LEGISLAÇÃO

1. LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de

janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

LEI Nº 11.445, 05/01/2007

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

1.1 Decretos

DECRETO Nº 11.467, DE 5 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020.

DECRETO Nº 11.466, DE 5 DE ABRIL DE 2023

Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.

DECRETO Nº 10.710, DE 31 DE MAIO DE 2021

Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira

dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no **caput** do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 2007.

DECRETO Nº 10.588, DE 24/12/2020

Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

DECRETO Nº 7.217, DE 21 DE JUNHO DE 2010

Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências

DECRETO Nº 5.440, DE 4 DE MAIO DE 2005

Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

1.2 Portarias

PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021 – Ministério da Saúde

Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade

PORTARIA Nº 490, DE 22 DE MARÇO DE 2021 – Ministério do Desenvolvimento Regional

Estabelece os procedimentos gerais para o cumprimento do disposto no inciso IV do caput do art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e no inciso IV do caput do art. 4º do Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020.

PORTARIA Nº 1.658, DE 12 DE AGOSTO DE 2021 – Ministério do Desenvolvimento Regional

Estabelece os requisitos e os procedimentos para aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de saneamento básico, para adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

1.3 Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 64/ANA, DE 1º DE MARÇO DE 2021 – Ministério do Desenvolvimento Regional/Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Aprova o Eixo Temático 5 – Normas de Referência para o Saneamento e atualiza a Agenda Regulatória da ANA, para o período 2020/2021.

RESOLUÇÃO ANA Nº 79, DE 14 DE JUNHO DE 2021 – Ministério do Desenvolvimento Regional/Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Aprova a Norma de Referência nº1 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.

1.4 Normas da ANA

Norma de Referência Nº1/2021-ANA

Dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do SERVIÇO PÚBLICO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (SMRSU), bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.

Baixar o conteúdo de https://arquivos.ana.gov.br/viewpdf/web/?file=https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2021/0079-2021_Ato_Normativo_20220117110324_ALTERACAO.pdf?09:39:42) salvar o conteúdo nos documentos do site – pois o endereço muda) e incluir um link

RESOLUÇÃO ANA Nº 106, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova a Norma de Referência ANA nº2, para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, para incorporação das metas previstas no Art.11-B da Lei nº11.445/2007, modificada pela Lei nº14.026/2020.

https://arquivos.ana.gov.br/viewpdf/web/?file=https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2021/0106-2021_Ato_Normativo_4112021_20211105084322.pdf?09:07:55

RESOLUÇÃO ANA Nº 134, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Disciplina os requisitos e os procedimentos a serem observados pelas entidades infranacionais encarregadas da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, para a comprovação da adoção das normas de referência, em conformidade com as competências atribuídas à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico dispostas no §1º do artigo 4º-A e no §1º do 4º-B, da Lei nº 9.984/2000, alterada pela Lei nº 14.026/2020

https://arquivos.ana.gov.br/viewpdf/web/?file=https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2022/0134-2022_Ato_Normativo_18112022_20221125083058.pdf?09:40:56

2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Em construção

3. Legislação Municipal (Regulados)

AIUABA

Em construção

CANINDÉ

Lei nº 2.313/2021, de 15-06-2021 – Aprova o regulamento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitários prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Canindé

Lei Municipal 2.558/2022 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de regulação e controle Social (CONREG)

Portaria nº 136/2022 – Nomeia representantes do CONREG

CRATO

Lei nº 3.501, 21/12/2018 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de hidrômetros para fornecimento de água pela Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato – SAAEC, e dá outras providências.

Lei nº 3.738, 12/03/2021 – Institui o Programa de Benefício da Tarifa Social de Água e Esgoto, e dá outras providências.

Plano Municipal de Saneamento Básico – É composto por três volumes e mais uma atualização da parte de Esgotamento sanitário.

- Vol. I
- Vol. II
- Vol. III
- Esgotamento Sanitário

ICAPUÍ

Em construção.

ICÓ

Em construção.

IPUEIRAS

Em construção.

JAGUARIBE

Em construção.

JUCÁS

Lei Municipal nº 322/221 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de regulação e controle Social

MORADA NOVA

Em construção.

QUIXELÔ

Em construção.

QUIXERÉ

Em construção.

SOBRAL

Em construção.

SOLONÓPOLE

Em construção.

OBS. (ALGUNS DESSES CONTEÚDOS JÁ ESTÁ NO DIRETORIO ATUAL DO SITE)

26) Incluir no Menu Notícias

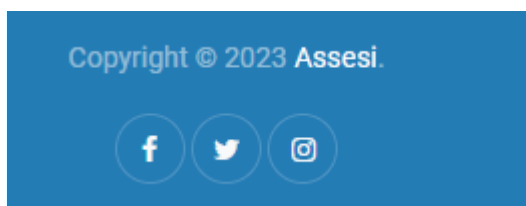
27) A ordem do menu deve ser: Institucional, Municípios, Notícias, Serviços, Transparência, e Publicações

28) Fazer exclusões :



29) Incluir: Consulta Pública, Resoluções, Legislação e Notícias.

30) Colocar o copyright depois dos botões de mídias sócias

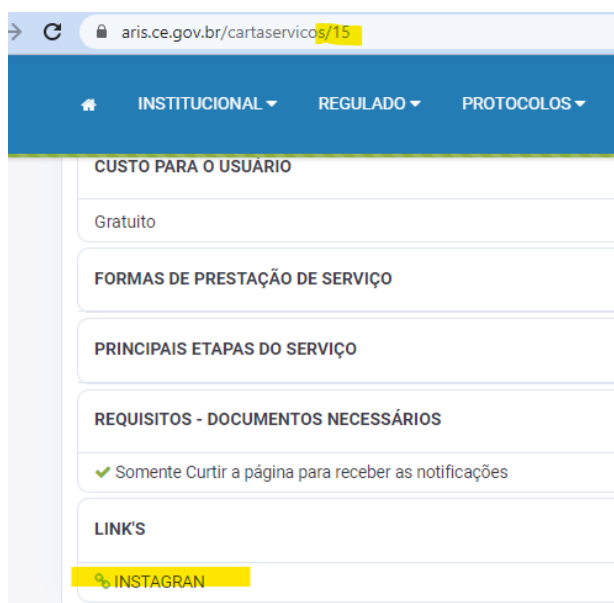


31) Ajustar o horário para 8H às 17 horas

ENDEREÇO/HORÁRIO

📖 AV. DOM LUÍS, SALA 519, T1 PÁTIO DOM LUÍS, 1200 -
ALDEOTA - CEP: 60160-196 - FORTALEZA/CE
🕒 SEGUNDA A SEXTA | 9 ÀS 18 HORAS

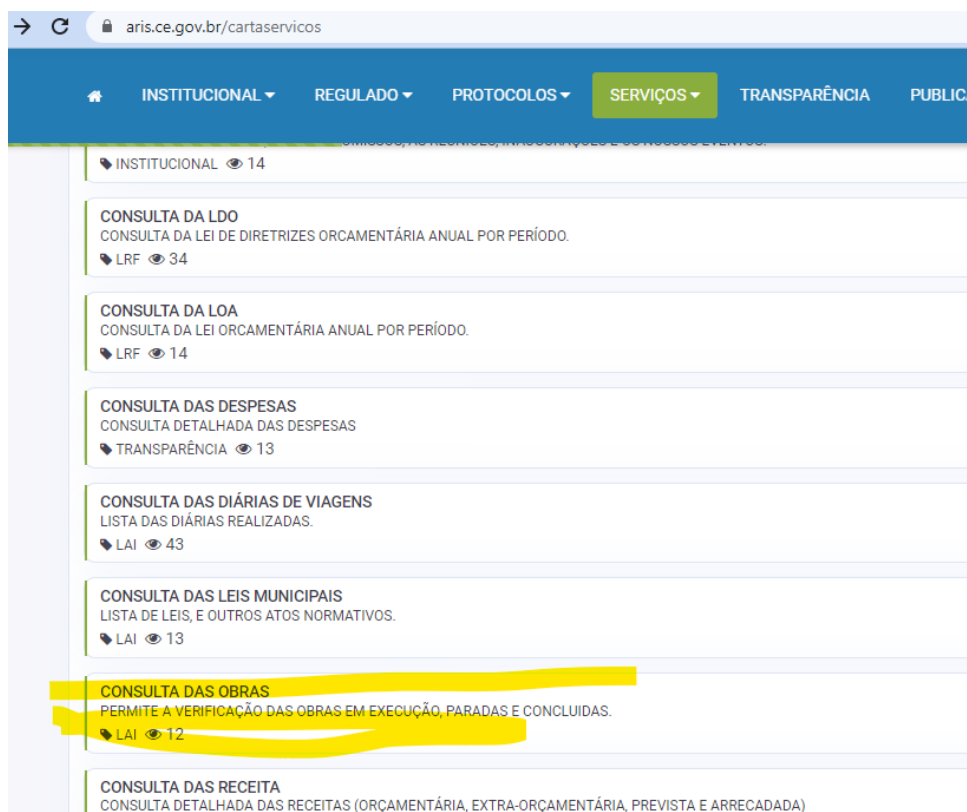
32) Ajustar link do instagram na carta de serviço



33) Ajustar link para o facebook



34) Retirar da carta de serviços



35) A Agenda ajustar Secretaria para setor

The screenshot shows the ARIS CE agenda page. The header includes navigation links: INSTITUCIONAL, REGULADO, PROTOCOLOS, SERVIÇOS, TRANSPARÊNCIA, and PUBLICAÇÕES. The main header is labeled 'AGENDA' with a link to 'início / agenda'. The search section, titled 'CAMPOS PARA PESQUISA', contains several filters: 'Período' (two date pickers), 'Descrição' (a text input), 'Secretaria' (a dropdown menu with 'Secretaria' selected), 'Filtro pelo tipo' (a dropdown menu), and 'Nome' (a dropdown menu with 'Nome de um vereador' selected). Below the filters are buttons for 'PESQUISAR', 'LIMPAR', and 'EXPORTAÇÃO'. A message states 'Foram encontradas 0 registros'. At the bottom, a feedback survey asks 'Qual o seu nível de satisfação com essa página?'.

36) Colocar os seguintes setores Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS CE, Protocolo, Diretoria Técnica, Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria Presidência, Secretaria, Assessoria Jurídica, Ouvidoria e Presidente do Consórcio.

37) No formulário fale conosco: Ajustar a Lista para: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS CE, Protocolo, Diretoria Técnica, Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria Presidência, Secretaria, Assessoria Jurídica, Ouvidoria e Presidente do Consórcio.

The screenshot shows a contact form with the following fields: 'Nome' (text input), 'Endereço' (text input), 'Estado' (dropdown menu), 'Município' (text input), 'E-mail' (text input), and 'Natureza' (text input). The 'Estado' dropdown menu is open, showing a list of options: 'AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO', 'PROTOCOLO', 'DIRETORIA TÉCNICA', 'DIRETORIA ADMINISTRATIVA', 'PRESIDÊNCIA', 'SECRETARIA', and 'ASSESSORIA JURÍDICA'. The 'Natureza' field has a red asterisk indicating it is required.

38) Chamar de Setor

→ ↻ aris.ce.gov.br/faleconosco

INSTITUCIONAL ▾ REGULADO ▾ PROTOCOLOS ▾ SERVIÇOS ▾ TRANSPAR

Nome

Estado

Telefone

Secretaria

Assunto

Endere

Munic

E-mail

Nature

39) Chamar de setor

→ ↻ aris.ce.gov.br/agenda

INSTITUCIONAL ▾ REGULADO ▾ PROTOCOLOS ▾ SERVIÇOS ▾ TRANSPARÊNCIA PUBLICAÇÕES ▾

AGENDA início / agenda

CAMPOS PARA PESQUISA

Período

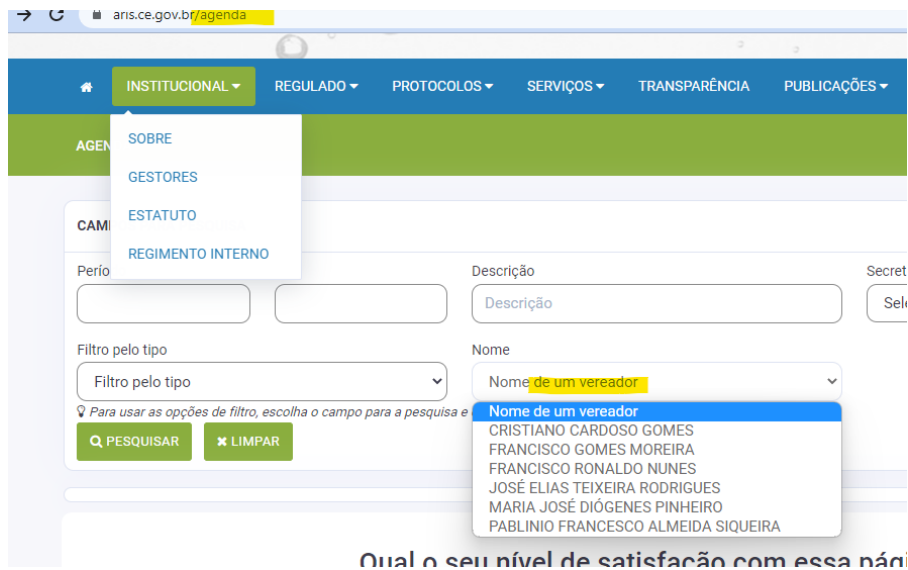
Descrição

Secretaria

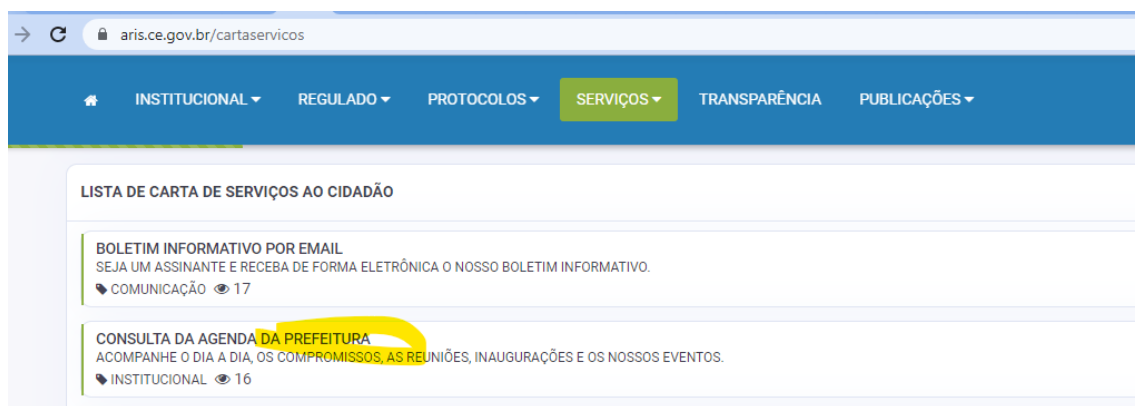
Filtro pelo tipo

Nome

40) Mudar para Nome do Responsável



42) retirar o da prefeitura

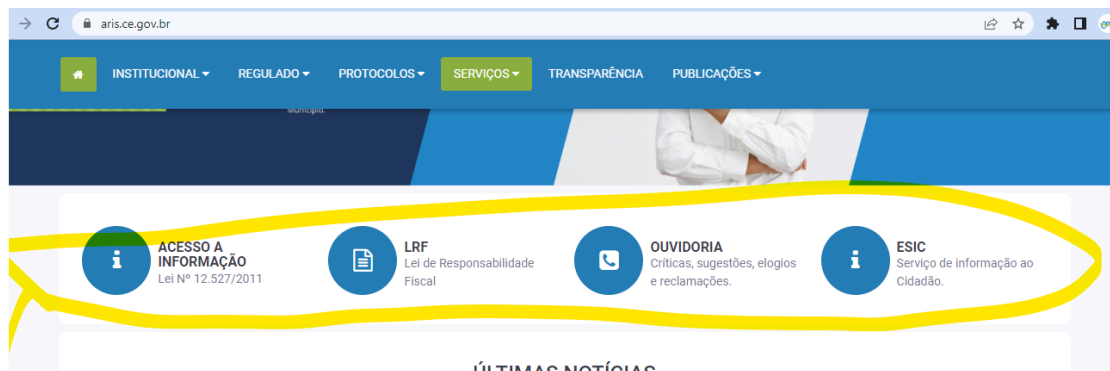


43) Usar o mesmo layout de noticias na página principal de Icó, Crato e Jaguaribe no site da ARIS





44) Levar conteúdo para depois da parte de notícias



45) Usar a mesma estrutura de layout para Contratos e licitações utilizada no site de Icó



46) Incluir as opções selecionadas no rodapé do site da ARIS



47) Substituir por Municípios Regulados



48) No menu Transparência Incluir a opção Audiência Pública

Será uma página para informar links dos processos, tal como esse exemplo:
<https://arismg.mg.gov.br/audiencias-publicas/>

49) Estatuto ARIS CE

